



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**A RELAÇÃO ENTRE CAPITALISMO E PATRIARCADO:** uma leitura gramsciana da disputa hegemônica no Brasil recente

**GLAUCIA LELIS ALVES**<sup>1</sup>

**RESUMO:** o texto que se apresenta reflete sobre o debate da hegemonia e sua relação com a luta de classes, tendo como fundamento central a teoria gramsciana. Estabelece ainda uma relação sócio-histórica entre a constituição da luta feminista, o trabalho reprodutivo e a luta hegemônica ao problematizar a importância desse grupo subalterno em sua dialética subalternidade-autonomia-hegemonia para a construção da emancipação humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** hegemonia, feminismo, trabalho reprodutivo

**ABSTRACT:** the text presented reflects on the debate of hegemony and its relationship with the class struggle, having Gramscian theory as its central foundation. It also establishes a socio-historical relationship between the constitution of the feminist struggle, reproductive work and the hegemonic struggle by questioning the importance of this subaltern group in its subalternity-autonomy-hegemony dialectic for the construction of human emancipation.

**KEYWORDS:** hegemony, feminism, reproductive work

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

---

O debate sobre hegemonia aparece em Gramsci no contexto da disputa do Estado no âmbito da democracia burguesa e do eurocomunismo. Problematizada em uma perspectiva mais ampla no campo da totalidade social, sobretudo no que se refere à materialidade do trabalho. Segundo Del Roio (2018, p. 176-177) “a sociedade civil e a hegemonia dizem respeito à totalidade social em processo contraditório, cujo fundamento se encontra na produção da vida material realizada por meio do trabalho do homem social”. Desenvolve o conceito de hegemonia como desdobramento da fórmula teórico-política da frente única, tendo por referência Lênin, a partir de quatro dimensões - sua análise sobre o papel dos Soviets em 1905, sua capacidade de direção do movimento social; a capacidade ideológica e de elaboração programática; o debate acerca da hegemonia da classe operária; a questão da transição socialista a partir do “atraso”.

Nessa perspectiva, segundo Del Roio (2018, p.178) desde a experiência dos conselhos de fábrica (1919-1920) Gramsci evidencia uma preocupação em vincular economia, política e cultura e, nesse processo, consolidar a questão do “trabalho social como fundamento material último da hegemonia”. A partir daí constrói-se vários significados para hegemonia, em Lênin, associada a ideia de direção da luta política. Assim:

tem seu fundamento último no processo de produção da vida material e nas relações de trabalho que configuram o bloco histórico. Mas o processo produtivo é organizado por intelectuais organicamente vinculados a uma classe determinada, que

persuadem os trabalhadores a movimentar a produção de sua força vital, pela força ou consenso. (2018, p. 184)

A partir desse fundamento a análise da hegemonia parte de dois eixos organicamente vinculados: 1. Ligado à estrutura, ou seja, ao desenvolvimento das forças materiais de produção – agrupamentos sociais e a função que ocupam na produção – composição das classes sociais, setores a elas ligados, interesses antagônicos. 2. Vinculado à relação de forças políticas: grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos vários grupos sociais. Essa relação se construirá nos momentos que constituem a consciência política coletiva e movimentam a luta hegemônica, que se configura, em seu ponto culminante, na passagem nítida da estrutura às superestruturas complexas – ideologias – partidos – disputas – conquista da hegemonia. Nesse sentido, compondo, histórica e dialeticamente,

Unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano universal criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sob uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, CC 3, 2002)

Na relação dialética da atividade política considera-se: A relação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos – a divisão social do trabalho está em seu cerne; A tarefa do partido nesse processo, a partir do questionamento central apresentado por Gramsci: “pretende-se que sempre existam governantes e governados ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça” (Gramsci, CC 3, 2002, p. 233) A relação entre grande política (fundação de novos estados, luta pela destruição ou conservação de determinadas estruturas) e pequena política (questões parciais e cotidianas, lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política).

O debate acerca da construção ideopolítica das consciências coletivas na luta hegemônica é central no pensamento gramsciano, sobretudo se o horizonte é a dimensão universal com fim último, ou seja, a unidade econômico/política e intelectual/moral, a partir da consolidação da hegemonia política e cultural de um grupo social sobre uma sociedade inteira. Modonesi (2016) ressalta que na temática, de origem bolchevique, e ampliada por Gramsci, hegemonia é parte integrante e culminante da constituição do sujeito político, aspecto esse que foi negligenciado nas análises sobre hegemonia (mais ligada à dominação, exercício do poder mais restritivamente). Em Gramsci:

la idea marxiana de un sujeto socio-político que se coloca sincrónicamente así como se constituye y se desarrolla diacrónicamente, adentro, contra y más allá del capital y el Estado que ele corresponde, es decir al interior pelo potencialmente más allá de

la relación de explotación y de dominio. Em términos gramscianos, um sujeto no solo subalterno sino tendencial y potencialmente autónomo y hegemónico" (apud Modonesi, p. 06)

Ressalta-se assim a centralidade do debate acerca da subjetivação política em Gramsci, sobretudo nos processos da luta hegemônica. Subalternidad y hegemonia, para Modonesi (2016), são dois pólos de "la dialéctica subjetiva gramsciana, a relação entre autonomia e mediação, implica a constituição de uma "base subalterna" de todo o processo de subjetivação política, ou seja, a relação entre passividade e atividade, ou ativação-práxis. Em que medida a ação política coletiva constrói e desenvolve a função de "fazer ir da passividade as grandes massas".

A importância dessa análise é crucial sobretudo porque histórica e materialmente o nexo entre estrutura e superestrutura, desencadeia-se nessa relação um conjunto de mediações, ou seja,

una secuencia que tiene a la agregación y a la organicidad, a hacer bloque, que comporta relaciones dialécticas y no mecánicas, pasajes cuantitativos y cualitativos, saltos, pero también y sobre todo transformaciones moleculares, según una lógica y, por lo tanto, una inteligibilidad del proceso de subjetivación (p.7)

Desse modo, hegemonia se converte mais em fator de subjetivação que sujeitamento, dominação, na tensão estabelecida, no processo de correlação de forças, entre passividade e ativação, entre os processos de revolução passiva e atuação da classe dominante. Essa perspectiva revela que a disputa hegemônica extrapola o escopo da relação dialética entre consenso e coerção, e ganha novos contornos nos contextos de crise orgânica no sistema, como explicitado na última década, mundialmente e, sobretudo, nos ciclos de revolução passiva vivenciados na América Latina. Bem como, no avanço da extrema direita, como no caso brasileiro.

## **1. Capitalismo e patriarcado expressos no Bolsonarismo: conservadorismo reacionário e tendência neofascista**

A questão aqui apresentada reúne sínteses realizadas tendo em vista traçar a interrelação entre a questão da hegemonia na conjuntura da crise estrutural do capital e os elementos que configuram a luta de classes no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo na formação social brasileira e os anos recentes. Parte-se da reflexão sobre o conservadorismo e sua configuração a partir do golpe de Estado de 2016, seus impactos na relação estabelecida entre capitalismo e patriarcado e suas expressões com o bolsonarismo, partindo do entendimento acerca da correlação de forças instaurada

em um contexto de crise orgânica e as estratégicas consolidadas pelo projeto de restauração neoliberal em sua face mais violenta.

O conservadorismo, sob o ponto de vista conceitual e político, assume, historicamente diferentes faces, que se localizam, resumidamente por duas vias: via fragmentação da teoria social e o abandono do ponto de vista do historicismo e da totalidade (as perspectivas positivista e neopositivista contribuíram sobremaneira para isso); e o ponto de vista irracionalista, que também defende a conservação da ordem, mas mistificando, em certa medida, a distinção entre senhores e subalternos, pontos exaustivamente analisados por Gramsci nos cadernos do cárcere, em seus parágrafos 10 a 12. Elementos que estiveram em disputa entre o período da ilustração (séculos XVI-XVIII), e se repuseram em outros patamares no século XX.

Escorsim (2011, p. 40-43) afirma que, “O pensamento conservador é uma expressão cultural (...) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa (...) e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas). Refere-se então a um conjunto de estratégias que compõem um projeto de restauração da ordem, voltada para a manutenção de instituições como resposta contrarrevolucionária, desde que “o processo pelo qual a burguesia revolucionária se pôs como classe hegemônica do ponto de vista econômico-social – com o econômico-social uma unidade: é a cultura da modernidade que solda essa hegemonia”.

Localiza-se nesse processo, da passagem do chamado conservadorismo clássico à constituição da modernidade uma associação, a partir da consolidação da sociabilidade burguesa, com o reacionarismo moderno. Essa dimensão se manifesta e se materializa na história, em diferentes momentos, a partir dos processos que Gramsci cunhou de crise orgânica no capitalismo.

Assim o foi, por exemplo com o advento do fascismo, primeiro como movimento, posteriormente como governo e regime político. E, assim ocorre com o projeto neoliberal em curso, em diferenciados momentos a tendência em negar sua face conservadora se expressou, do ponto de vista ideológico, na afirmação de uma perspectiva reformista para as medidas operadas desde a década de 1970, combinando reestruturação produtiva, flexibilização/privatização/descentralização no âmbito das políticas e direitos sociais com uma perspectiva teórico-política pós-moderna que anulava a luta de classes. Mattos (2020) destaca que nas últimas duas décadas do século XX as ideias neoliberais avançaram em decorrência da decomposição dos regimes do leste Europeu, a legitimação do revisionismo historiográfico conservador (que ganha espaço) e o negacionismo frente ao nazismo. Esses

elementos repõem a questão de como se expressa o conservadorismo no contexto contemporâneo e as bases de sua consolidação da formação social brasileira.

Concordamos com Mattos (2020) ao fazer uma revisão teórico-bibliográfica acerca do fascismo, da necessária reflexão sobre as condições históricas de sua emergência para entendermos o tempo presente a partir das caracterizações sobre o chamado neofascismo e a realidade brasileira. E, nessa direção, a face reacionário-conservadora que impregnou o país. O autor tem acordo com a leitura de Andrea Mammone, acerca dos vínculos transnacionais da ultradireita na França e na Itália via neofascismo, que afirma a existência de uma linha de continuidade entre o fascismo clássico e contemporâneo. Combinando para tal adaptabilidade, hibridismo e mutabilidade, o novo fascismo no século XXI, desse modo há uma adaptação, articulação entre tendências neofascistas e o regime democrático-burguês de cunho neoliberal. Assim,

Políticos e governos orientados pelo neofascismo se articulam em escala transnacional, trocam experiências, compartilham propostas e articulam campanhas comuns (...) o governo Bolsonaro intensificou muito as relações bilaterais com a Hungria de Orban (...) gerando convergências em pautas como 'a defesa da cristandade ameaçada' (Mattos, 2020, p. 77)

A crise estrutural do capital em todos os seus matizes, resultantes das políticas neoliberais construíram um solo fértil para a ascensão das tendências neofascistas e o avanço da extrema direita. Sobretudo no que se refere à dimensão ideológica desse projeto e sua capilaridade político-social. Ainda na esteira de Mattos, quando resgata o debate feito por Stanley, alguns fantasmas do período fascista são ressuscitados, tais como a "ameaça comunista, que se transmuta para outros corpos, de intelectuais, artistas, ativistas sociais em geral comprometidos com a socialização do conhecimento e o combate às opressões. "Estes seriam os próceres do 'marxismo cultural' e sua estratégia de tomar o poder sem atacar o Estado, mas contaminando as mentes das criancinhas" (2020, p. 80)

Assim configura-se um conjunto de características que se aproximam a esse modelo de revolução passiva consolidado pelo fascismo em resposta à crise que se desenhava no entre guerras mundiais. A desumanização de segmentos da população, o anti-intelectualismo, a reatualização de técnicas de propaganda fascista, a disseminação de teorias conspiratórias que disseminam: o temor aos imigrantes e refugiados (vide proposição dos muros e fechamento de fronteiras invocados pela extrema direita); a difusão do medo para a classe média/pequena burguesia e uma divisão entre cidadãos legítimos e invasores, naturalizando as políticas de encarceramento em massa da população racializada; a ameaça à masculinidade da nação, via sexualidade, onde a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero.

Outra referência resgatada por Mattos é Maurício Lazzarato, que afirma ser o novo fascismo a outra face do neoliberalismo, de cariz mais nacional-liberal que nacional-socialista. Configura-se assim o ultraneoliberalismo “em prol ‘do mercado’, da empresa, da iniciativa individual, mesmo se quer um Estado forte para ‘reprimir’ as minorias, os estrangeiros, os delinquentes, etc. (Mattos, 2020, p. 85) Articula-se então o Estado de direito e o Estado de exceção via conveniência com os regimes parlamentares e as eleições, legitimando uma mudança no sentido da violência contrarrevolucionária de caráter preventivo com a perpetuação da dominação masculina em torno da família patriarcal. Afirma Lazzarato citado por Mattos (2020, p. 87) “o principal ponto de convergência entre os fascismos de ontem e de hoje (...) é sua relação com o capitalismo e, particularmente, com seu ‘fundo de autodestruição””.

No Brasil grupos herdeiros do fascismo histórico à brasileira – representado pela Ação Integralista Brasileira-AIB, que construíram uma concepção excludente de democracia, com defesa incondicional da propriedade privada e um projeto de reformas regressivas – apoiaram Jair Messias Bolsonaro, nas eleições que o levaram à presidência da república em 2018. Isso dito, não dá para afirmar categoricamente que há um governo totalmente fascista, há um projeto em curso, uma efetiva dinâmica de transição para o autoritarismo, uma continuidade mais rígida do regime autocrático burguês, cunhado por Florestan Fernandes. Mas há similaridades muito extremadas, resultantes da frágil e em crise democracia burguesa forjada no país, como a esquerda considerada como inimigo a ser destruído, o culto à violência e o irracionalismo, o nacionalismo autoritário e conservador, o desespero pequeno-burguês ou de classe média, face à crise. Há algumas diferenças significativas que se configuram na difusa base social de Bolsonaro, organizada mais predominantemente nas redes sociais e em alguns movimentos de direita que em partidos de massa como no fascismo clássico e a conformação da burguesia nacional – uma combinação entre as velhas oligarquias com os sucessivos golpes, ou seja, “as frações burguesas em operação no país foram organizadoras ativas do padrão de acumulação do capital do capitalismo dependente, pautado em grande medida por ‘taxas de exploração excessivas”” (Mattos, 2020, p. 104)

Reside nessa análise a estratégia de continuar, aprofundar e aumentar a duração da contrarrevolução preventiva e sua institucionalização, como resposta à crise orgânica, sobretudo a partir de 2008, com a depressão profunda que se instaurou no Brasil. Esse período se consolidou com a China se convertendo no principal parceiro comercial do país, e com “estímulos ao mercado interno, pela via de um crescimento real do salário mínimo,

políticas sociais focalizadas, crédito (e endividamento) das famílias e subsídios a determinados setores do capital”. Os períodos dos governos Lula e Dilma (2003 a 2016), resguardadas as devidas diferenças, seguiram com as medidas de ajuste fiscal e as contrarreformas. O aprofundamento da crise abalou as bases de sustentação do governo Dilma Rousseff, fragilizadas desde as manifestações de junho de 2013. Grandes demandas se fizeram presentes: “pela redução do preço e melhoria da qualidade de transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação – e possuíam um claro perfil de classe”. Também evidenciou os protestos contra a violência policial e a militarização do estado, o incentivo aos movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à moradia (MTST) em contraposição as obras urbanas relacionadas aos megaeventos em decorrência dos despejos e remoções. Greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos, na educação básica e na limpeza urbana, dos petroleiros. Entre 2015-2016, os movimentos de ocupações das escolas e, sobretudo, o Movimento de Mulheres, que evidenciou “a combinação entre resistência ao conservadorismo moral e ao liberalismo econômico (...) que cresceu em dimensões das ocupações estudantis” e via “manifestações contra as propostas conservadoras no congresso nacional encampadas pelo deputado e presidente da casa, Eduardo Cunha”, com propostas de lei “(..)que dificultava o acesso de mulheres vítimas de estupro ao aborto legal”. O movimento de mulheres comandou significativas campanhas pelo “Fora Cunha” e “Ele Não”, se legitimando como um dos mais dinâmicos movimentos de contraposição à ordem.

A contraposição a essa ambiência insurgente, iniciada com as jornadas de junho, que representaram o abalo no apoio social de setores da classe trabalhadora ao PT, por outro lado, contraditoriamente situaram o marco inicial do reacionarismo no poder, corroborou para tal também, o discurso “mais radical” realizado por Dilma nos processos eleitorais que a levaram à reeleição de maior compromisso com os interesses populares, abandonado após a vitória, por conta das pressões das classes dominantes para cumprir a agenda econômica de austeridade. Desse modo, cresceu, a partir de 2015, o processo de manifestações anticorrupção e contrárias ao governo, atos convocados pela chamada “nova direita” com o apoio burguês, de opositores ao governo, parlamentares e polícia militar, difundidos também pelas grandes corporações da mídia. Assim, Enquanto as jornadas de junho mobilizaram, na mídia, jovens do ensino médio ou universitário incompleto e rendimentos baixos, as micaretas da ‘nova direita’ atraíram pessoas mais velhas, com ensino superior e rendimentos de médios a elevados” (Mattos, 2020, p. 160). O que



configurou o cimento da base pequeno-burguesa e de classe média que encampou as políticas anticorrupção, a cultura anti-petista da direita e as mobilizações pelo impeachment de Dilma Roussef, o primeiro ato de um golpe de Estado de novo tipo, que abriu caminho, primeiro, à posse de Michel Temer em 2016, e seguiu com a condenação, sem provas, em tempo recorde em segunda instância de Lula, inviabilizando sua candidatura nas eleições de 2018.

Seguiu-se com Temer um programa de máxima austeridade, retirada de direitos dos trabalhadores – alterações na legislação trabalhista, congelamento das despesas não financeiras do orçamento da união (A Emenda Constitucional 95) por 20 anos, reformas da previdência, redução do custo da força de trabalho e transferência de fundo público para o setor privado. Posteriormente, a vitória de Bolsonaro nas eleições, com 55% dos votos válidos se legitimou com um discurso de ódio, apologia à violência “contra a esquerda”, “contra bandidos e vagabundos”, em defesa dos “cidadãos de bem”, “contra todo tipo de movimento em defesa dos direitos humanos, contra as opressões de gênero e a LGBTfobia, ecológico e de defesa indígena, além de organizações de professores, cientista, artista e produtores culturais em sentido amplo” (Mattos, 2020, p. 167)

Esses aspectos evidenciam que a ideologia e o projeto da extrema direita se consolidaram progressivamente, não sem resistências e contrapontos, mas foi processual. A ênfase a essa estratégia ideológica é fundamental para entender o fenômeno do bolsonarismo, que resulta da reorganização da ultradireita desde 2013. Alguns elementos fazem-se presentes – a defesa da ditadura militar e do terrorismo de Estado (com ampliação de sua audiência na mídia) e a busca de uma teoria de base neofascista – sob influência do reacionarismo de Olavo de Carvalho que articulou o pensamento da ultradireita estadunidense. Uma denúncia ao chamado “marxismo cultural”, onde se formou “uma longa marcha da esquerda para controlar os aparatos de ensino e a produção cultural e midiática centrada em elementos como a negação das crenças cristãs e a valorização de um ‘novo homem comunista’” (p.113)

Um terceiro elemento está diretamente relacionado ao alinhamento entre Bolsonaro e a chamada “bancada da Bíblia”, associando-se ao pastor Everaldo e seu Partido Social Cristão, afinado com pautas morais dos políticos vinculados às denominações pentecostais, tendo em vista denunciar a difusão da ‘ideologia de gênero’ nos programas e práticas educacionais. Processo que resulta de um crescimento progressivo de lideranças evangélicas e sua inserção nas parcelas mais empobrecidas da população.

Conforme destaca Mattos (2020, p. 179),

Predominaram ao longo das últimas décadas elementos de uma concepção teológico-política conhecida como 'teologia da prosperidade', que sustenta uma ideologia de adaptação à ordem por meio da ideia de esforço individual e aliança a expansão empresarial das igrejas em diversos setores econômicos, particularmente no das comunicações.

Essa articulação também se adensa pelo discurso reacionário em resposta à violência cotidiana pela ação estatal ou miliciana, expressão política e midiática dos "princípios" de proteção, justiça privada, dos cidadão de bem, combinando com o discurso anticorrupção capitaneando os novos movimentos de direita que foram as ruas contra o governo Dilma em 2015, desde o ano anterior se reciclam organizações que convocaram os atos da direita, o Movimento Brasil Livre (MBL), o "Vem pra rua" e o "Revoltados on line", configurando uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela formulação de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado e do reacionarismo.

A crise exacerbada desde de 2014 agravou a insatisfação e abriu brechas à adesão à extrema direita, junte-se a isso a intensificação das opressões de gênero. Esses elementos ideológicos se expressam no Programa de Governo de Bolsonaro "O caminho da prosperidade", sob o slogan, "Brasil acima de Tudo e Deus acima de todos" e em referência ao documento da Frente Parlamentar Evangélica que, progressiva e historicamente vem legitimando o projeto do capital para o Brasil em alguns eixos, segundo estudo de Lima (2019), sendo eles: 1) modernização do Estado, que visa o enxugamento da máquina administrativa e ampliação das parcerias com o setor privado; 2) Segurança jurídica, via o respeito e ampliação dos contratos para viabilizar novos investimentos estrangeiros; 3) Segurança fiscal, via quatro linhas de sustentação – modernização tributária, previdenciária, responsabilidade fiscal e comercial; e 4) Revolução na educação, via combinação entre meritocracia/empreendedorismo e o reforço à concepção da escola sem ideologia e sem partido. No plano econômico, a continuidade, de modo mais perverso da austeridade, com vistas a garantir a estabilidade macroeconômica via ajuste fiscal permanente, reformas – da previdência e tributária, independência do Banco Central, concessões ao setor privado e modernização da legislação trabalhista, fim do monopólio da Petrobrás no gás natural. Bem como políticas de alívio mínimo à pobreza com programas de renda mínima restritas ao chamado auxílio emergencial.

Essas medidas, entre tantas outras, que expressam a lógica do Governo Bolsonaro, revelam traços de um projeto nacional que corrobora com um Estado violento, patriarcal, racista, e alimenta econômica e ideologicamente a "tese" de que a crise é agravada pela chamada ideologia de gênero, que se articulam aos ataques ao conjunto das trabalhadoras e trabalhadores via contrarreformas que se aprofundam e atingem mais perversamente as

mulheres, e, nelas, as mulheres negras, para a precarização, intensificação do trabalho, pelas ameaças aos já debilitados sistemas públicos de saúde e educação em benefício de sistemas privados aos quais a maioria de nós sequer tem acesso ou a suspensão de políticas públicas de combate a pobreza. A violência de gênero e o discurso conservador da família tradicional, propagados e incentivados por esse governo e seus apoiadores tem a fundamental função de aprofundar as diferenças no campo da divisão sexual/internacional do trabalho. Via manutenção dos níveis salariais baixos, uma vez que as mulheres ganham em média 30% a menos; e a exacerbação no campo dos cuidados demandada às mulheres. São as mulheres dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora aquelas que carregam o fardo da precariedade e mobilizam os mecanismos formais e informais de enfrentamento à desigualdade, face que se agravou após a pandemia. Assim o trabalho no lar não é mercantilizado, ele produz valores de uso “a importância social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que reforça a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza”. (Ferguson; McNelly, 2017, p. 35-36)

Instaura-se assim uma ordem de gênero capitalista pautada em formas de controle que extrapolam a dominância masculina na relação entre homens e mulheres, mas a perpetuam. Ou seja, fundada em uma lógica patriarcal historicamente construída na articulação entre o modo de produção capitalista e o papel fundamental das famílias da classe trabalhadora para a produção e reprodução da força de trabalho. E, assim os mecanismos de controle articulados à dimensão cultural e econômica via Esta do. Na análise de Leite (2020, p.88-89) “o capitalismo engendra a subjugação necessária da mulher de forma muito peculiar, passando pela ontologia do trabalho e pela determinação econômica, de modo que o Estado, compreendido como forma política, e do Direito, compreendido como forma jurídica, não podem adimplir as reivindicações feministas devido à sua forma”.

Controle sobre a reprodução biológica, as formas de configuração da família, a criação das crianças e a necessária manutenção de uma ordem de gênero que transborda inclusive para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, aliando a necessidade da procriação e a função do cuidado nas particularidades biológicas exercidas pelas mulheres com a necessidade de autopreservação e propagação da ordem de gênero burguesa/moderna e suas formas socioculturais e institucionais de vida. Desse modo a desigualdade de gênero é inerente e necessária à reprodução da ordem burguesa, “a organização social da diferença biológica constitui uma pré-condição material para a

construção das diferenças de gênero”. (idem)

Essa análise associada às características do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo também aponta diferenciações na apropriação do *trabalho reprodutivo*. Nas sociedades de capitalismo dependente esse processo assume perspectivas de exploração mais perversas e estruturais. A produção da riqueza deve prever a obtenção de lucros tanto para a burguesia nacional quanto para atender aos interesses e necessidades do capital imperialista via trocas desiguais, fator intensificado estruturalmente na América Latina.

Badaró (2017) ao resgatar, em breves linhas a análise de Ruy Mauro Marini sobre a superexploração, destaca que seu objetivo central é extrair mais valor em quantidade suficiente para distribuir lucro capitalista para o capital nacional e estrangeiro. Resgata ainda a análise marxiana de que a ampliação da extração da mais-valia se realiza sob diferentes formas, sendo elas: 1) ampliação da jornada de trabalho; 2) introdução de avanços tecnológicos, mais máquinas, mais equipamentos com o mesmo número de horas, mesma quantidade de trabalhadores produzindo mais mercadorias; 3) remuneração da força de trabalho abaixo do nível de reprodução média da mesma (o que é exceção em sociedades de capitalismo imperialista torna-se regra no capitalismo dependente), com pagamentos de salários que inviabilizam a sua reprodução adequada e provocam seu desgaste. O eixo analítico para problematizar a realidade das mulheres latino-americanas e o trabalho reprodutivo é fazê-lo em sua relação intrínseca ao caráter da superexploração e sua funcionalidade como única forma do capitalismo dependente gerar mais lucro para o capital nacional e os capitais do imperialismo. Que combina para tal, o controle via Estado, da manutenção desse patamar tendo em vista interromper e impedir qualquer possibilidade de luta contra essa exploração, no objeto em análise, via controle dos corpos, políticas sociais focalizadas, perpetuação de estratégias contrarrevolucionárias e reformas ultraliberais.

A partir dessa digressão histórico-conjuntural é possível mapear algumas dimensões de análise gramscianas que contribuem para o desvelar desses processos:

1. A necessária leitura construída por Gramsci acerca das bases constitutivas da hegemonia em sua relação com os processos ideológicos de construção dos projetos nacionais tendo em vista a disputa entre os aparelhos privados de hegemonia vinculados aos interesses das classes sociais e setores a elas vinculados. Bem como na interrelação entre autonomia-subalternidade-hegemonia, em um exercício de sair da passividade à atividade das classes subalternas. O debate acerca da construção ideo-política das consciências coletivas na luta hegemônica é central, sobretudo se o horizonte é a dimensão universal com fim último, ou seja, a unidade

econômico/política e intelectual/moral, a partir da consolidação da hegemonia política e cultural de um grupo social sobre uma sociedade inteira.

2. A contribuição gramsciana para o entendimento do feminismo, no que se refere a análise da hegemonia e sua relação com a produção de consensos nos processos de dominação. Essa articulação é essencial a pensar as estruturas de dominação e opressão desde que a politização da pauta feminista que se localizou no mote “o pessoal como político” até as estratégias conservadoras em âmbito mundial e, na particularidade brasileira após o ascenso da extrema direita no poder, que consolidou uma cruzada anti-gênero nos embates político-culturais.
3. É na disputa entre concepções de mundo e, sobretudo, com o sentido comum imperante – neoliberal, colonial, patriarcal, que, historicamente foi se configurando a luta feminista, no Brasil, essa face se expressa nos movimentos como o #Elenão, na persistente luta pela descriminalização do aborto e pela vida das mulheres, dimensão exacerbada com a pandemia da COVID 19. Há uma linha de continuidade entre os processos de dependência ao imperialismo que segue no controle da reprodução biológica para o favorecimento dos interesses políticos e econômicos na América Latina, tendo em vista a preservação do trabalho doméstico, repondo a relação entre feminismo e a luta revolucionária. A resistência construída a partir da exacerbação dos processos de mudanças introduzidas na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho via: 1. nova divisão sexual do trabalho; 2. nova ordem patriarcal – exclusão das mulheres do trabalho assalariado; 3. “mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (Federici, 2017, p. 26) A degradação das mulheres – via superexploração do trabalho, via inserção central do trabalho doméstico não-remunerado e submetidas às formas mais violentas de controle, reatualizam, por um lado, o patriarcado e suas lógicas, e, por outro, rearticulam as resistências.

O que repõe, estrategicamente, a questão da subjetivação política e seus meandros na guerra de posição instaurada no contexto da luta de classes e, nela, a luta hegemônica. Fresu ( p.250) destaca a importância para Gramsci de, no estudo das classes subalternas compreender como se formam os grupos subalternos e como se desenvolvem no processo de produção econômica, a sua difusão quantitativa, a existência de organizações próprias dos grupos subalternos no terreno das reivindicações econômico-corporativas, bem como, “a formação de

forças capazes de afirmar integralmente a autonomia dos grupos subalternos, ou seja, a capacidade de construir seus próprios intelectuais orgânicos”. A luta feminista, articulada a um processo unitário e totalizante revela-se como uma forte tendência de potencialização da disputa hegemônica no conjunto da correlação de forças, sobretudo quando se parte do debate sobre o trabalho e a pauta da reprodução social.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BADARÓ, Marcelo. Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Marília Mee Silva. In: Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.

BIDEGAIN, Nicole e CALDERÓN, Coral (compiladoras). Los cuidados en América Latina y el Caribe: Textos seleccionados 2007-2018, CEPAL, 2018.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARCANHOLO, Marcelo. CORRÊA, Hugo Figueira. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. Revista Brasileira de Economia política, n. 44, jun-set. 2016.

COUTINHO, Calos Nelson. O Estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

\_\_\_\_\_. Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. 2.ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

- FERGUSON, Susan. McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. In: Revista Outubro, n. 29, novembro de 2017.
- FRESU, Gianni. Antônio Gramsci, o homem filósofo. Trad. Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. Cadernos do Cárcere. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 03.
- \_\_\_\_\_. Escritos Políticos (1910 – 1920). Org. e Trad. Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.
- MARX, Karl. O capital. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.
- MODONESI, Massimo. El principio antagonista. Marxismo y acción política. Ciudad de Mexico, UNAM, 2016.
- OIT. Um salto quântico pela igualdade de gênero: Para um melhor futuro do trabalho para todos, 2019.
- ONU, ONUMujeres basados en datos de la División de Estadística de las Naciones Unidas (2018).
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

## REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BADARÓ, Marcelo. Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de María Mee Silva. In: Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.
- CARCANHOLO, Marcelo. CORRÊA, Hugo Figueira. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. Revista Brasileira de Economia política, n. 44, jun-set. 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- ESCORSIM, Leila. O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica. São Paulo, Cortez, 2011.
- FEDERICI, Sílvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERGUSON, Susan. McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. In: Revista Outubro, n. 29, novembro de 2017.
- GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. Cadernos do Cárcere. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 03.
- \_\_\_\_\_. Escritos Políticos (1910 – 1920). Org. e Trad. Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.
- LIMA, Katia. El desafío educativo brasileño y la ofensiva ultraconservadora del capital. In: Revista Universidade e Sociedade, ano XXIX, outubro/2019. Brasília: ANDES-SN, edição especial América Latina, 2019 (pp. 8-39)
- MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo, Usina Editorial, 2020.